

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL SOB O OLHAR DA INCLUSÃO

Barbara Cristina Mathias dos Santos
Unigranrio
barbara-cms@hotmail.com

Luciana Troca Dantas
Unigranrio
Lucianatroca@ig.com.br

Chang Kuo Rodrigues
Unigranrio
chang@powerline.com.br

Resumo

Este trabalho integra o Grupo de Pesquisa Investigações no Ensino de Matemática e Ciências e tem como objetivo apresentar um estudo de caso, desenvolvido numa escola municipal de Duque de Caxias, cujos sujeitos são crianças com deficiência intelectual leve e/ou moderada. Como a Educação Financeira reflete na vida social do indivíduo, constatou-se essa abordagem pertinente na prática inclusiva, desde os anos iniciais. A inclusão de pessoas com deficiência faz-se presente em vários setores da atividade humana, até porque é seu direito firmar-se no mercado de trabalho quando adultos. Para tanto, pretende-se observar as leis que tratam dos direitos de aprendizagem da criança com deficiência, relacionar a Educação Financeira ao currículo escolar, para assim, iniciar os primeiros passos na construção dos conceitos de educar financeiramente. Diante disso, este trabalho tem um viés na formação continuada de professores que atuam efetivamente na inclusão, diante de reflexões, discussões e possibilidades de ação.

Palavras-chave: Educação Matemática; Deficiência Intelectual; Educação Financeira; Matemática Inclusiva.

1. Introdução

A Inclusão, no Brasil, está acompanhada de muitas inquietações no que tange às práticas pedagógicas bem como a interação social, nos dias de hoje. A escola, neste sentido, atua em todas as vertentes, trabalhando conteúdos sob as perspectivas atitudinais, conceituais e procedimentais, preconizadas pelos documentos oficiais. Dentre vários temas a serem trabalhados com esse público, podemos destacar o preparo para o exercício da cidadania, aqui, com o sentido da autonomia.

A escola, então, deve agir voltada para a inclusão das pessoas com deficiência, cumprindo as normas previstas na Constituição Federal de 1988 que, em seu artigo art. 205, trata do direito, permanência e atendimento especializado, afirmando categoricamente que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Já no caso do art. 206, “O ensino será ministrado com base no seguinte princípio: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” e, por fim, no art. 208: “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores (sic) de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.” (BRASIL, 1988)

Vale dizer que o termo “portadores” foi devidamente substituído por “pessoas com deficiência”, de acordo com a Secretaria de Direitos Humanos, Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Resolução nº 1, de 15 de outubro de 2010.

Nesse sentido, a prática pedagógica no processo da inclusão tem sido um tema recorrente em grupos de estudos e em qualquer ambiente de discussão docente. As dificuldades dos docentes em entender as necessidades individuais do sujeito com deficiência representam o grande desafio na atualidade dentro de uma instituição educacional. Essa problemática aumenta quando se une a ela a preocupação no que diz respeito à perspectiva de futuro desse público, principalmente a inserção no mundo do trabalho, valendo lembrar que a Lei 8.213 de 24 de julho 1991¹ que assegura a garantia de vagas para elas.

Para que se atinja o objetivo em questão é imprescindível que a escola desde cedo trabalhe com a questão da conscientização sobre o uso dos recursos, tanto financeiros quanto ambientais. Sobre essa tomada de consciência, recorreremos à Fávero (2011) que considera três aportes particulares: a situação interacional, a análise dos atos da fala e a tomada de consciência no sentido desenvolvimental piagetiano. De acordo com a autora, adotar a análise dos atos da fala produzidos na interação implica em defender um procedimento que, concomitantemente, evidencia a tomada de consciência de cada sujeito e bem como seus processos de regulações cognitivas e metacognitivas, sendo este, realizado por meio da

¹ A chamada Lei de Cotas (Lei 8.213 de 24 de julho 1991) garantiu a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Atualmente, existem cerca de 306 mil pessoas com deficiência formalmente empregadas no Brasil. Desse total, cerca de 223 mil foram contratadas beneficiadas pela Lei de Cotas, o que comprova a importância da Lei.

processos comunicacionais das interações (FÁVERO, 2005 apud FÁVERO, 2011). Para proceder as análises, recorreremos a conceitos de Educação Financeira de modo a abordar questões simples do cotidiano, levando o sujeito a pensar nas suas atitudes que envolvem o dinheiro, partindo de temas mais simples para os mais complexos.

Percebemos na sociedade uma preocupação geral sobre o endividamento pessoal, por isso, na expectativa de se garantir uma melhor qualidade de vida no futuro, a Educação Financeira tem recebido destaque nacional e internacional nos últimos anos. Diante disso, conciliar os saberes matemáticos sob a ótica das finanças e a educação inclusiva acaba por convergir em uma prática desafiadora, permitindo ampliar as possibilidades de o educador matemático exercer potencialmente o seu papel no âmbito escolar.

2. A Pesquisa

Mais especificamente, esta pesquisa aborda a questão dos alunos com deficiência intelectual leve e/ou moderada como critério de inclusão para os sujeitos da pesquisa, destacando ainda que o projeto desta investigação passou pelo crivo do Comitê de Ética em Pesquisa, sob o número CAAE 51197815.2.00005283. A deficiência intelectual teve seu conceito construído na Convenção da Guatemala, em 2001, no artigo 1º como [...] “uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”. Durante muitos anos a medida do coeficiente de inteligência (QI) foi utilizada como parâmetro de definição dos casos de deficiência intelectual, estando presente inclusive no CID 10 (Código Internacional de Doenças, desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde), que ao mencionar o Retardo Mental (F70-79), classificando-o entre leve, moderado, grave e profundo, conforme o comprometimento:

- Leve: QI entre 50 e 69 (em adultos, idade mental de 9 a menos de 12 anos).

Podendo apresentar dificuldades de aprendizado na escola. Muitos adultos poderão ser capazes de trabalhar e de manter relacionamento social satisfatório e de contribuir para a sociedade.

- Moderado: QI entre 35 e 49 (em adultos, idade mental de 6 a menos de 9 anos). Podendo ocorrer atrasos acentuados do desenvolvimento na infância, mas a maioria dos pacientes aprende a desempenhar algum grau de independência quanto aos cuidados pessoais e adquirir habilidades adequadas de comunicação e acadêmicas. Os adultos necessitarão de assistência em grau variado para viver e trabalhar na comunidade.

- Grave: QI entre 20 e 40 (em adultos, idade mental de 3 a menos de 6 anos). Provavelmente deve ocorrer a necessidade de assistência contínua.

- Profundo: QI abaixo de 20 (em adultos, idade mental abaixo de 3 anos). Devem ocorrer limitações graves quanto aos cuidados pessoais, continência, comunicação e mobilidade.

Cabe ressaltar que é garantido por lei, que o aluno, com deficiência, seja assistido em sua peculiaridade. Para isso, levantamos a questão norteadora desta pesquisa: *Como educar financeiramente as crianças na perspectiva da inclusão?* Para responder a esta pergunta, a pesquisa tomou como referencial teórico Jean Piaget (1973; 1978a; 1978b) e seus estudos no que tange à epistemologia genética. Na busca de sintetizar a contribuição de Piaget, utilizaremos os apontamentos de Chiarottino (1988) que, segundo o autor, tem um sentido claro: o fato de o sujeito organizar, estruturar e explicar o mundo onde está inserido. Nesse sentido, Chiarottino (1988, p.3) esclarece que: “conhecer não é somente explicar; e não é somente viver: conhecer é algo que se dá a partir da vivência (ou seja, da ação sobre o objeto do conhecimento) para que este objeto seja imerso em um sistema de relações”.

Em sua obra, Piaget (1973) propõe, então, uma teoria do conhecimento, em que busca fundamentá-las por meio de critérios especificamente definidos e, cujo objetivo, segundo o autor é:

[...] levar a psicologia a sério e fornecer verificações em todas as questões de fato que cada epistemologia suscita necessariamente; mas substituindo a psicologia especulativa ou implícita, com a qual em geral se contentam, por meio de análises controláveis. (PIAGET, 1973, p. 13)

As observações realizadas por Piaget, durante anos, acompanharam sujeitos da infância até a adolescência, com uso de métodos específicos desenvolvidos pelo próprio autor. A epistemologia de Piaget, na sua própria definição, destaca que não se trata de uma visão

positivista e, sim, naturalista, por meio das relações do sujeito com o objeto, na medida em que esse objeto, durante a observação, passa a ter significados diferentes de acordo com o desenvolvimento do sujeito.

Nessa perspectiva, podemos considerar que Piaget apresenta o sujeito em um dinamismo cognitivo, em constante aquisição e transformação das estruturas mentais; para isso, ele apresenta dois conceitos, a saber: assimilação e acomodação. A assimilação, tal como Piaget define, seria a absorção de novos conceitos oferecidos pelo meio aos mecanismos já construídos pelo sujeito, ao passo que, a acomodação, por sua vez, representa as alterações que o sujeito faz intrinsecamente nos esquemas mentais, após uma nova informação, ou seja, um processamento que se comprova por meio de mudança da prática.

Piaget, segundo Kamii (1993), defende outro conceito muito importante para a inclusão: a autonomia. Esse termo estaria diretamente ligado à moral e à ética. Então o professor terá sempre em mente, como objetivo da educação, a promoção da autonomia do aluno. Para Kamii (1993), o princípio essencial para o desenvolvimento da autonomia seria o de encorajá-los a debater sobre soluções para problemas sociais. Dessa maneira, ao longo do tempo, essas crianças aprenderiam a decidir o que é melhor para todos os envolvidos.

Nesse sentido, tendo assumido a ideia piagetiana de autonomia e relacionando-a com a matemática, pode-se pensar o ensino voltado para o desenvolvimento da capacidade da autonomia, quando as crianças aprimoram seu raciocínio e confiança na própria habilidade de raciocinar. Espera-se também que eles se tornem capazes de resolver problemas de formas diferentes e comparem com o pensamento de seus pares.

3. Os Meios

O Estudo de Caso, segundo Gilberto Martins (2008) é uma das metodologias mais antigas na investigação científica e tem seu ápice com a publicação da obra de Robert Yin: “*Case Study Research: Design and Methods*”, consolidando-se uma referência básica para investigações sob este método. A preferência é justificável pela consistência normativa dos procedimentos propostos pelo autor.

Na concepção de Martins (2008), o estudo de caso é uma estratégia metodológica de se fazer pesquisa nas ciências sociais e nas ciências da saúde. Esta metodologia é destinada para avaliar ou descrever situações onde o elemento humano está presente. Ainda em Martins (2008), busca-se compreender uma situação em sua totalidade através de um mergulho profundo sobre o objeto delimitado para estudo.

Para André (1995), Dauster, Tosta e Rocha (2012 apud ALLEGRINI, 2013) o estudo de caso investiga situações bem específicas, singulares, como uma pessoa, um grupo, uma sala de aula, uma cultura etc., contribuindo para a compreensão global de um fenômeno peculiar, sem a pretensão de modificá-las.

Em Educação, o estudo de caso pode ser utilizado como metodologia para as investigações sobre os métodos de aprendizagem de avaliação e de outras práticas educativas. Como instrumento deste trabalho de campo pode citar a análise documental, utilizando, também, diário de campo e entrevistas. (ANDRÉ, 1995; DAUSTER; TOSTA; ROCHA, 2012 apud ALLEGRINI, 2013)

De acordo com Yin (2005), o estudo de caso pode ser entendido como método rigoroso de pesquisa, que usa uma abordagem sistêmica e sociológica, apoiando-se em exemplos concretos. Além disso, o autor ainda sugere que um estudo de caso “atraente” deve reunir algumas características básicas:

Engajamento, instigação e sedução – essas são características incomuns dos estudos de caso. Produzir um estudo de caso como esse exige que o pesquisador seja entusiástico em relação à investigação e deseje transmitir amplamente os resultados obtidos. (YIN, 2005, p. 197).

A metodologia do estudo de caso implica, em particular, a existência de uma hipótese prévia, que será testada na aplicação durante a investigação, o que não pressupõe que ela possa inadmitir uma construção de uma nova hipótese a partir dos resultados obtidos na investigação.

Diante dessas reflexões, entendemos que esta pesquisa, que se debruçou no ambiente escolar num contato direto com crianças com deficiência intelectual, tem no estudo de caso, uma metodologia apropriada, aplicada nesse caso, com alunos com deficiência intelectual leve/moderada matriculados em turma regular de ensino de uma escola Pública Municipal em

Duque de Caxias,

estado do Rio de Janeiro, que verificará a hipótese de que é possível trabalhar educação financeira com crianças com deficiência intelectual.

3.1. Procedimentos Metodológicos

Certa dos ganhos decorrentes da Educação Financeira, a sociedade está ao encontro do movimento em defesa da inclusão, sobretudo, no âmbito escolar, e, tratando-se da inclusão de crianças com deficiência percebe-se a necessidade de adaptação de conceitos e atividades.

As atividades desenvolvidas foram selecionadas no sentido de possibilitar o acesso das crianças com deficiência de maneira que não somente se colha dados, mas principalmente se possa oferecer alguma contribuição na formação da autonomia desses alunos. Elas se organizam em dois eixos: O Valor das Coisas e Economia & Sustentabilidade.

O Valor das Coisas

Neste eixo será explorado com a criança que todas as coisas têm um valor, mas que existem coisas materiais (que podemos pegar) e imateriais (que não podemos pegar). As coisas materiais são compradas com dinheiro, as imateriais não, mas que são também coisas de muito valor.

Outro conceito presente neste eixo é o da necessidade e desejo. Para aprender a consumir com responsabilidade é preciso que a criança seja estimulada a fazer essa reflexão.

Economia & Sustentabilidade.

Existem certas atitudes que se formadas nos anos iniciais de vida do indivíduo se consolidam para toda a vida. Ensinar uma criança a cuidar de seus objetos estão diretamente ligadas ao comportamento do adulto, que preserva tanto seus bens quanto o patrimônio público, bem como se é ensinado a essa criança a valorizar seu próximo, ela o fará também. Cuidar bem de suas coisas é economizar para se ter.

Dentro desse eixo encontra-se também o cuidado com os bens coletivos. É importante que a criança perceba que existem coisas que é para o uso de todos e devem ser preservados. Exemplos possíveis para serem trabalhados na escola são a água, a energia e o papel.

Outra reflexão que este eixo proporciona é a cooperação e solidariedade. É importante que a criança se desenvolva com a preocupação pelo próximo, isto é, responsabilidade social.

Pequenas

atitudes como doar aquilo que não lhe serve mais, já faz o sujeito perceber o que é cooperação e solidariedade.

Para início de investigação, aplicou-se um questionário a fim de analisar os conhecimentos prévios da criança. As atividades aplicadas foram adaptadas da coleção “Descobrimo o Valor das Coisas: o guia de educação financeira para pais e professores ensinarem as crianças brincando”, de Cerbasi (2012).

Para ilustrar uma atividade pertencente a “O Valor das Coisas”, segue como exemplo na Figura 1.

Figura 1: Atividade do eixo “O Valor das Coisas”

EIXO: O VALOR DAS COISAS
TÍTULO: O fundamental e o supérfluo
OBJETIVOS: Distinguir aquilo de que necessitamos daquilo que desejamos; Conscientizar a crianças sobre o consumo, que pode ser por necessidade ou por desejo.
CONCEITOS: coisas materiais e imateriais; desejo e necessidade; consumo
MOTIVAÇÃO: Vivemos rodeados de coisas, umas podemos ver e outras podemos sentir. Sem algumas delas não podemos viver, outras não são necessárias.
ATIVIDADE: Estimular o pensamento acerca de coisas que são fundamentais para viver. Depois, pensar em coisas de que não precisamos para viver, são supérfluas. Usar o mercado como exemplo, o que necessitamos go que não necessitamos para viver? Solicitar que procure em jornais, revistas ou encartes coisas que necessitamos e coisas que não necessitamos para viver, montar um cartaz com as “coisas fundamentais” e as “coisas supérfluas”, se preferir pode desenhar. Pedir para explicar porque escolheu aquelas coisas.
MATERIAL NECESSÁRIO: Jornais, revistas, encartes, cartolina, cola, tesoura sem ponta, canetinhas ou lápis de cor.

Fonte: Dados da Pesquisa

4. Resultados

A presente pesquisa foi aplicada em uma escola pública, no município de Duque de Caxias, com três alunos com deficiência intelectual do Ensino Fundamental que são identificados como D.8, R.10, e J.12. As entrevistas ocorreram individualmente bem como as outras atividades.

Como ilustração, será apresentada a transcrição da entrevista realizada com um dos sujeitos sobre alguns subtemas da Educação Financeira.

P – Pesquisador

E - Entrevistado: R. 10 anos

P - Você sabe o que é dinheiro e pra que ele serve?

E- Pra fazer compras.

P- Como o que por exemplo?

E- Comprar arroz, feijão e batata.

P- Você sabe como faz pra ganhar dinheiro?

E- É só ir no banco tirar

P- Você acha que para ser feliz precisa de muito ou pouco dinheiro?

E- muito

P- Por que? O que você acha que o dinheiro vai fazer a gente ser mais feliz?

E- Comprar material, caderno, estojo.

P- Alguém dá dinheiro para você?

E- minha mãe.

P- E o que você faz com o Dinheiro?

E- Compro caderno, lápis, guaraná.

P- Você ganha dinheiro sempre ou quando merece?-

E – Quando merece.

P- O que você faz para merecer?

E- eu lavo louça porque minha mãe ganhou neném.

P- Você tem algum sonho?

E – telefone

P- você sabe que o telefone tem que pagar uma conta todo mês?

E – sei

P- Você acha que vai ter dinheiro para pagar a conta?

E – Nunca

P – Se você quisesse realizar seu sonho, o que você poderia fazer?

E- Comprar outra coisa, um tablet

P- Um tablete e o telefone precisa de muito dinheiro. Como você pode fazer para conseguir muito dinheiro?

E – É só ir no banco para tirar muito dinheiro.

P- Quem você acha que coloca o dinheiro no banco?

E – O prefeito

P – Você acha importante guardar o dinheiro?

E – sim

P – Você guarda dinheiro? Para que?

E – Comprar um chinelo.

Analisando a intervenção acima apresentada, buscou-se retomar à questão levantada nesta pesquisa: *Como educar financeiramente as crianças na perspectiva da inclusão?* Nesta entrevista em particular pode-se comprovar que R.10 tem contato com dinheiro dentro da própria casa. Apesar de não demonstrar conhecimento de como a família faz para perceber uma remuneração, em casa, ela sabe que se colaborar com algum serviço será recompensada. Foi possível perceber, que a felicidade para R.10 está ligada aos bens materiais, que neste caso se fez por meio de material escolar. O banco para ela, tem significado de muito dinheiro. Citou o sonho de adquirir um telefone mesmo sabendo que não terá recursos para mantê-lo em sua função principal (comunicação).

5. Considerações Finais

A inclusão não se refere a adaptação do sujeito a escola, mas o inverso: a escola se adapta ao sujeito. Nesta adaptação estão embutidos o currículo e os métodos. Assim, esta pesquisa abraça o viés da Educação Financeira como contribuição de uma formação pautada na autonomia desses sujeitos.

Sabendo da necessidade de tempo para a aprendizagem da pessoa com deficiência, a proposta é que se inicie com a temática da Educação Financeira nos anos iniciais do ensino

fundamental. As

atividades propostas nos procedimentos metodológicos foram permeadas por situações da vida diária dessas pessoas, contextualizando da melhor forma o conteúdo trabalhado.

Por meio do estudo de caso, foram aplicadas a entrevista e as atividades com crianças de 8, 10 e 12 anos, com quadro específico de deficiência intelectual leve/moderada.

Para a análise dos resultados, recorreu-se ao aparato teórico de Piaget quando ele destaca que a aprendizagem é uma construção que se dá de maneira natural, por meio das relações do sujeito com um objeto que pode ainda ter significados diferentes na medida em que o sujeito se desenvolve.

Para se educar crianças com deficiência intelectual financeiramente, é necessário que se utilize atividades com mínima progressão de complexidade, de modo que se diagnostiquem quais relações estes sujeitos já possuem com o objeto de estudo e quais conceitos formados eles tem a esse respeito. Não se deve negar a importância dessa abordagem para este público com especificidades próprias. Espera-se, contudo, após a intervenção que eles se tornem capazes de decidir acertadamente os diferentes problemas não apenas financeiro, mas os de toda uma vida.

6. Referências

- ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papyrus, 1995.
- ANGROSINO, M.; FLICK, U. (Coord.). **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Declaração de Salamanca: linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Brasília: MEC/SEMTEC, 1999
- CHIAROTTINO, Z. **Psicologia e epistemologia genética de Jean Piaget**. São Paulo: EPU, 1988.
- CERBASI, G.; SOUSA, M. **Descobrimo o valor das coisas: o guia da educação financeira para pais e professores ensinarem seus filhos brincando**. 1 ed. São Paulo: Gente, 2012.
- FÁVERO, M. H. **A pesquisa de intervenção na psicologia da Educação Matemática: aspectos conceituais e metodológicos**. Educar em Revista, v. 1, p. 47-62, 2011.
- KAMII, C. **Aritmética: novas perspectivas-implicações na teoria de Piaget**. Campinas, SP: Papyrus, 1993.
- MARTINS, G. A. **Estudo de Caso: uma estratégia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID-10**. Disponível em: <www.datasus.gov.br/cid10/v2008/cid10.ht... Acesso em: 01 nov. 2015

PIAGET, J. A

Epistemologia Genética. Trad: Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Vozes, 1973.

_____. **O Nascimento da Inteligência na Criança.** Trad. Alvaro Cabral, Rio de Janeiro: Zahar, 1978a.

_____. **Psicologia e Epistemologia:** por uma teoria do conhecimento. Forense Universitária, 1978b.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso, planejamento e métodos.** 2.ed. São Paulo: Bookman, 2001.